

GARDNER, Katy and LEWIS, David. 2015.
Anthropology and development: challenges for the
twenty-first century. London: Pluto Press.

Inácio Dias de Andrade
Pós-doutorando em Antropologia Social
pela Universidade de São Paulo (USP)
inacio.and@gmail.com

O livro de Gardner e Lewis pode ser lido de diferentes formas. O neófito antropólogo, interessado nas questões relativas ao desenvolvimento, encontrará um excelente balanço da produção científica dos últimos quase quarenta anos. O pesquisador experiente terá a oportunidade de acompanhar a atualização e o aprofundamento feitos pelos autores de questões teóricas importantes nesta edição revista do livro original *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge*, de 1996. A obra ainda pode ser tomada como uma importante referência para o debate metodológico dentro das Ciências Humanas e como um ponto de partida para aqueles interessados no desenvolvimento da Antropologia Aplicada. Finalmente, ainda que não haja um esforço consciente de teorização, os autores enfrentam questões difíceis como agência individual e coerção estrutural, militância e engajamento político, mudança e transformação histórica e dilemas éticos no fazer etnográfico.

Entretanto, o livro também se situa num espectro mais amplo e relativamente recente da Antropologia. E aí, talvez, resida sua força e originalidade.

O trabalho de Gardner e Lewis pode ser entendido como mais uma das inúmeras tentativas de antropólogos de etnografar processos globais e analisar mudanças macroestruturais no cenário mundial. Nesse empreendimento, os autores delineiam cinco capítulos buscando reorientar conclusões anteriores, reafirmar opções teórico-metodológicas- metodológicas e ratificar a Antropologia do Desenvolvimento

como campo de pesquisa válido e atual. Para tanto, utilizam-se da frutífera conceituação do geógrafo Gillian Hart para delimitar o objeto de análise e as diferentes abordagens sobre o desenvolvimento.

Hart define dois sentidos estritos por meio dos quais o desenvolvimento pode ser abordado. O estudo do “*Big D*” refere-se ao campo de estudo que surgiu na década de 1980 — e que se debruçava sobre os impactos locais e efeitos discursivos do Desenvolvimento — e o aparato institucional montado após a Segunda Guerra Mundial, que ganha força com a descolonização e a guerra fria.

Dentro do escopo dessa primeira definição, a literatura em voga à época do lançamento do livro original preocupava-se em analisar o fenômeno desenvolvimentista por meio da crítica institucional de suas práticas e denunciava a origem etnocêntrica do conceito e do modo pelo qual legitimava intervenções políticas e projetos de engenharia social em áreas do globo tidas como hierarquicamente inferiores ao Norte desenvolvido. Baseados especialmente nas obras de Ferguson (1990) e Escobar (1995), os antropólogos do desenvolvimento passaram a conceber ONGs internacionais, agências governamentais e demais órgãos de cooperação como parte integrante de um sistema governamental mundial que delimitava o espaço geográfico e o campo discursivo do chamado Terceiro Mundo. Nesse sentido, ao privilegiar o complexo institucional criado pelo discurso desenvolvimentista, buscavam não só desconstruir o processo histórico pelo qual determinados países foram idealizados como lugares para intervenção especializada, como também compreender quais os efeitos práticos das políticas extensamente difundidas até então.

Desse modo, a análise do fenômeno desenvolvimentista deveria privilegiar a elucidação de suas reais finalidades, isto é, a expansão do poder burocrático estatal, a despolitização da pobreza – cujas causas seriam reduzidas às questões de ordens técnicas – e a manutenção e continuidade da rede autorreferenciada, que se tornou o sistema de ajuda internacional.

Assim, a obra original de 1996 foi pensada como um contraponto ao discurso dominante da época, procurando apontar caminhos alternativos àquilo que consideravam uma visão homogênea e estereotipada de um processo muito mais amplo e complexo. Embora as conclusões dos autores tenham inspirado uma profusão de estudos e análises bastante proveitosas, não é exagero dizer que algumas de suas lições não envelheceram bem.

É nesse ponto que a ferramenta conceitual de Hart parece servir aos autores. Na tentativa de retomar o poder analítico de suas ideias passadas, Gardner e Lewis buscam

reposicionar a abordagem teórica do campo. Logo, o estudo do desenvolvimento em minúsculo – ou o chamado “*little d*” – referir-se-ia à análise do processo histórico do desenvolvimento capitalista e ao desvelamento de suas contradições internas, de seus mecanismos de legitimação e dos meios pelos quais produz desigualdade. Ao interpelar o desenvolvimento dessa forma, Gardner e Lewis filiam-se a uma longa linhagem de antropólogos que buscaram compreender a produção de novas desigualdades, a reprodução de velhas hierarquias, o fluxo de bens, pessoas e mercadorias, e a sobreposição das lógicas locais a uma ordem externa remetendo-se a um sistema global, econômico e cultural, que se encontra em expansão. Além disso, ao se recusarem a tomar o “*Big D*” e o “*Little d*” como realidades distintas ou conceitos excludentes, os autores dão um salutar salto teórico para a compreensão do fenômeno desenvolvimentista como um processo abrangente e apontam em uma direção original para a utilização do potencial heurístico da ideia de desenvolvimento.

Nas 220 páginas que se seguem, os autores utilizam-se de tal ferramenta conceitual para reafirmar algumas de suas posições anteriores, ainda que relatos etnográficos, — alguns deles originários de suas próprias pesquisas descritas ao longo do livro — possam em contradizê-los.

Aqui se faz necessário um pequeno parêntese. Como os próprios autores fazem questão de deixar claro, ambos falam de uma posição bastante específica dentro do campo do desenvolvimento. David Lewis voltou-se para a Antropologia depois de uma pós-graduação multidisciplinar em Estudos sobre o Desenvolvimento e um longo período de trabalho no *Overseas Development Institute* em Londres – uma organização não-governamental de assessoria, consultoria e implementação técnica de projetos de desenvolvimento ao redor do mundo. Katy Gardner, por outro lado, é uma antropóloga com um extenso serviço prestado para a *British Overseas Development Administration*, agência estatal britânica de desenvolvimento.

Dessa forma, tanto o livro original de 1996 como a atual edição revisada se constituem como contraponto à visão desconstrucionista e pessimista do Desenvolvimento, do qual os autores foram parte. Para Gardner e Lewis, ainda que o desenvolvimento, em um nível discursivo, possa ter uma função hegemônica de despolitização burocrática, a realidade cotidiana das inúmeras esferas, agências, escritórios e projetos de campo que formam a estrutura institucional do Desenvolvimento é muito mais heterogênea e contraditória do que os estudos desconstrucionistas propuseram.

Destarte, o livro se torna uma espécie de guia prático para a militância política dos

antropólogos que desejam modificar a estrutura do desenvolvimento por dentro de suas entranhas. Nos dois últimos capítulos, os autores pontuam diferentes problemas que são costumeiramente encontrados em projetos desenvolvimentistas e sugerem meios pelos quais a etnografia poderia colaborar para o seu sucesso.

Embora sejam obrigados a concordar que algumas soluções propostas por antropólogos e ativistas do desenvolvimento durante a década de 1990 e apontadas como promissoras no livro de 1996 tenham sido incorporadas e despolitizadas pela máquina desenvolvimentista, nesta nova edição, os autores procuram reafirmar a potencialidade da etnografia para a melhoria do sistema de cooperação. Para tanto, não exaltam o antropólogo como depositário de um conhecimento particular de determinada área ou cultura, mas o apresentam como detentor de ferramentas específicas úteis à implementação de qualquer projeto. Nesse sentido, o antropólogo é tido como um facilitador para a compreensão dos termos do desenvolvimento entre beneficiários e cooperantes e como um agente indispensável na construção de consensos entre as diferentes partes envolvidas.

“(...) development anthropologist should not be in the business of predicting what is the ‘best’ for the poor. In contrast, anthropologists working in development can help to facilitate ways for the ‘victims’ or ‘recipients’ (depending on the one’s perspective) to have voice in the development process, so that ultimately it is they who dictate their interests and the most appropriate form of developmental interventions” (Gardner & Lewis, 2015: 126)

Antropólogos poderiam, portanto, ajudar de muitas maneiras: identificando diferentes grupos de interesse nas localidades atendidas, usualmente tomadas como unidades homogêneas por técnicos intervencionistas; desvelando meios locais para tomadas de decisões políticas e modos de produção e trabalho nativos; formulando metodologias para participação e inclusão das populações beneficiadas; avaliando impactos de melhorias já implementadas; acompanhando as comunidades ao longo do tempo, etc.

“anthropological knowledge (...) can help to suggest more appropriate ways of getting messages across and enabling people to participate by using their own cultural idioms rather than those imposed from the outside” (Gardner & Lewis, 2015: 147)

Essa é uma ideia corrente nos estudos que se seguiram às críticas da abordagem

desconstrucionista, para a qual o livro *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge* de 1996 foi um marco fundamental. Após o seu lançamento, muitos pesquisadores, ansiosos em reformar o desenvolvimentismo por dentro, procuraram analisar as diferentes esferas do sistema de ajuda e propor soluções para seus vícios.

Assim, nas brechas que surgiram na discussão especializada, as análises antropológicas posteriores buscaram etnografar locais fora das esferas de inscrição das instituições desenvolvimentistas ou modos de resistência e subversão de projetos ocidentais, ao mesmo tempo que jogaram luz na multiplicidade de agências, instituições, visões de mundo e atores envolvidos na manutenção dessa estrutura. Na mesma linha, outros autores – muitos deles também partícipes do aparato do desenvolvimento – buscaram reconfigurar a discussão (e as próprias práticas de intervenção) por meio de pesquisas que pretendiam inserir visões nativas dentro do corpus técnico das instituições de ajuda (Gow, 2008). Alguns privilegiaram conceitos como *brokers*, *courtiers* e mediadores de modo a focalizar as disputas políticas dentro e fora dos aparatos institucionais e a correlação entre as diversas esferas envolvidas. Muitas vezes, tais perspectivas se sobrepuseram (Mosse & Lewis, 2005 e Olivier de Sardan, 2001).

Nesse sentido, a discussão passou a oscilar entre defensores de uma reforma do sistema de ajuda — na qual os antropólogos teriam um papel fundamental — e análises que apontavam para a ineficácia de tais tentativas. Dessa forma, para Gardner e Lewis, nos dezenove anos que separam seus dois livros, pouca coisa parece ter mudado.

Ainda que reconheçam o poder despolitizador da máquina burocrática desenvolvimentista, demonstrando como conceitos como gênero, empoderamento e participação foram desprovidos de seu poder crítico e incorporados ao jargão técnico desenvolvimentista, em *Anthropology and Development: Challenges for the Twenty-First Century*, eles procuram reafirmar a potencialidade transformadora do D/desenvolvimento e o papel fundamental da antropologia militante nesse empreendimento.

Delegando ao antropólogo uma missão salvacionista, Gardner e Lewis imaginam que os diferentes “idiomas culturais” postos em contato pelas redes institucionais do desenvolvimento devem ter suas aspirações traduzidas e ouvidas. Nos termos de Hart, os técnicos do “*Big D*”, oriundos do processo histórico, econômico e cultural do “*Little d*” — e nele imersos —, necessitariam de apoio para perscrutar outras culturas e modos de vida. A problemática do contato entre diferentes culturas por meio de processos macroestruturais de qualquer natureza – seja missões evangelizadoras, o capitalismo em suas diversas fases históricas ou redes de ajuda internacional – não é necessariamente algo novo na

Antropologia, mas a busca por uma tradução com alguma finalidade intervencionista é menos recorrente e, ao meu ver, pouco problematizada¹.

Dessa forma, resta-nos elucubrar (já que não temos resposta alguma ao longo do livro) qual é o estatuto da ideia de desenvolvimento com qual os autores trabalham e qual é a função imaginada que ele deterá em cada sociedade beneficiada após a devida tradução de experts.

Embora os autores sugiram que a mediação antropológica das diretrizes desenvolvimentista fará com que surjam inúmeras (e mesmo infinitas) definições sobre o que é o desenvolvimento, pode-se perceber que o desenvolvimento (ou uma definição minimamente universal do que ele pode ser) é necessariamente algo positivo. Ademais, os desenvolvimentos (em minúsculo e no plural) parecem denotar necessariamente melhorias materiais de comunidades particulares cujos parâmetros de implementação só poderão ser definidos de modo local e dialógico. Nesse sentido, embora de modo fantasmagórico e envergonhado, a presença de um imaginário europeizado e iluminista de um esclarecimento paulatino e progressivo teima em (res)surgir. Portanto, o D/ desenvolvimento proposto pelos autores detém uma forte acepção moral.

Na realidade, a ideia de comunidades falantes de posse de suas linguagens, comunicabilidade e interesses que visam discutir a natureza plural do desenvolvimento parece uma tentativa de extensão e internacionalização da razão comunicativa de Harbermas. Para além disso, o desenvolvimento também é tido como um fator de coesão social, como um modo de produzir entendimento e consenso em torno de um suposto bem comum universal.

Ainda que os autores reconheçam a existência de conflitos internos em comunidades atendidas, eles supõem que o desenvolvimento, esse elevado e fugidio patamar moral de bem-estar social e material, é algo para qual todas as sociedades, de uma forma ou de outra, desejam se dirigir – desde que sejam devidamente informadas sobre suas decisões e possam, com ajuda de seu antropólogo de plantão, se fazer ouvir.

Os autores parecem misturar conceitos clássicos de coesão e solidariedade social típicos de uma escola sociológica francesa com ideias de comunicabilidade e racionalidade caras ao imaginário da democracia ocidental. De um lado, esquecem-se de que muitas das sociedades ao redor do globo colocam sérios desafios à acepção comunitária das

1 Talvez possamos encontrar a origem dessas propostas nas pesquisas iniciais de Geertz em seu livro *Agricultural involution: the processes of ecological change* in Indonesia de 1963. Não é, então, de se espantar que Gardner e Lewis mantenham uma ideia de cultura bem próxima da de Geertz, pensando-a como um tráfego público de símbolos significantes que podem ser acessados, interpretados e traduzidos pelo antropólogo.

ciências sociais ocidentais – na África, um dos focos preferenciais do sistema de ajuda, muitas sociedades locais se reproduzem-se por meio do conflito (GLUCKMAN, 1955), e grande parte de seu “idioma cultural” está codificado para lidar com um perpétuo ciclo de ruptura e continuidade (TURNER, 1972). Como produzir consenso em uma sociedade que se reproduz pelo conflito?

Em segundo lugar, embora os autores afirmem – de um modo um tanto arrogante, devemos admitir – que aquilo que outros pesquisadores definiram como neoliberalismo, capitalismo ou dependência é parte integrante do campo de estudos sobre o D/ desenvolvimento que tomam para si, não há qualquer menção aos conflitos econômicos internos ao mundo ocidental. Ademais, apesar de a nova edição do livro ter sido lançada em 2015, não se empreendeu esforço algum para problematizar os abalos que o sistema representativo ocidental sofreu em 2011. Quais são os modos de representatividade política aos quais se referem? Seriam inspirados nos modelos democráticos ocidentais? Se sim, como lidar com as críticas de que muitos desses sistemas não servem para produzir consenso dialógico, mas para mascarar os conflitos, impedir a produção do dissenso e sufocar a verdadeira política dialógica?²

Referências:

- ESCOBAR, Arturo. 1994. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press.
- FERGUSON, James. 1990. *The Anti-Politics Machine: “Development”, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GLUCKMAN, Max. 1955. “The Kingdom of the Zulu of South Africa” In: Fortes, M. e Evans-Pritchard E. E. (Orgs). *African Political Systems*. Londres: Oxford University Press, pp. 25-55.
- GOW, David. 2008. *Countering Development: Indigenous Modernity and the Moral Imagination*. Durham: Duke University Press.
- MOSSE, David & LEWIS, David. 2006. *Development Brokers and Translators: The Ethnography of Aid and Agencies*. Bloomfield, Connecticut: Kumarian Press Inc.
- OLIVIER DE SARDAN, J. P. 2001. “Les trois approches en anthropologie du développement”. *Tiers-Monde*, (42)168: 729-754
- RANCIÈRE, Jacques. 1996. *O desentendimento*. São Paulo, Editora 34.
- TURNER, Victor. 1972. *Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembo Village Life*. Manchester: Manchester University Press.

Recebida em 02 de julho de 2018.

Aceita em 25 de agosto de 2018.

² Conferir Rancière (1996).